

RELATÓRIO SÍNTESE DE PROJETO DE PESQUISA

Solicitante: José Francisco Siqueira Neto

Título do Projeto: Infraestrutura Jurídica da Inovação Tecnológica no Brasil: marco legal, perspectivas, desafios e entraves para o Desenvolvimento Nacional

Unidade / Departamento ou Programa de Pós-Graduação: Pós-Graduação em Direito Político e Econômico

Área de Conhecimento: Direito

Linha de Pesquisa: Poder Econômico e seus Limites Jurídicos

1. PRINCIPAIS OBJETIVOS DO PROJETO INICIAL

O objetivo geral do projeto é a análise e o estabelecimento do Marco Jurídico da Inovação Tecnológica brasileira, a partir do mapeamento da legislação existente, dos conceitos jurídicos envolvidos e do diagnóstico dos principais entraves jurídicos e burocráticos enfrentados nos processos de Inovação Tecnológica, com vistas à elaboração de uma proposta de Infraestrutura Jurídica para Inovação Tecnológica no Brasil que promova o projeto de desenvolvimento econômico no país.

Os objetivos específicos para a concretização do objetivo geral são:

1. Estudo teórico e conceitual sobre os conceitos e princípios fundantes da inovação tecnológica, a partir de revisão bibliográfica e de termos de referência conceitual;
2. Diagnóstico dos principais entraves jurídicos vinculados aos processos da inovação em determinados setores da Indústria e de Serviços
3. Análise da sistematização jurídica e dos procedimentos dos 5 principais e mais eficientes Parques Tecnológicos Brasileiros (a partir das classificações do MCTI);
4. Análise das políticas públicas e de desenvolvimento existentes sobre Inovação Tecnológica.
5. Análise do Projeto de Desenvolvimento Nacional vinculado à Inovação Tecnológica.
6. Composição de Glossário de Termos e Conceitos Jurídicos sobre Inovação Tecnológica no Brasil, a fim de publicização do conhecimento científico produzido.
7. Delineamento dos marcos teóricos necessários para a construção, futura, de um “Observatório Jurídico de Inovação Tecnológica”.

2. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS EXECUTADAS NO PERÍODO VISANDO AO ALCANCE DOS OBJETIVOS

Todas as etapas do projeto foram cumpridas, quais sejam: Revisão Bibliográfica; Visitas Técnicas e Participação em Eventos; Produção de Artigos e; Redação Relatório Final.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO SUCINTA DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS, DEIXANDO CLARO O AVANÇO TEÓRICO, EXPERIMENTAL OU PRÁTICO OBTIDO PELA PESQUISA (Os resultados formais - publicações - são solicitados adiante)

O desenvolvimento socioeconômico das nações tem apresentado uma relação cada vez mais direta com o desenvolvimento científico e tecnológico. Posicionar o Brasil entre os países de maior destaque na C,T&I mundial é um grande desafio, que poderá ser alcançado apenas quando houver avanços significativos nas áreas prioritárias indicadas nesta Estratégia.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da C,T&I brasileira exige o reconhecimento de que problemas identificados em escala nacional podem contar com soluções construídas em escala global. A definição de estratégias para emparelhamento com as nações mais desenvolvidas passa pelo fortalecimento dos think tanks nacionais que, produzindo e difundindo conhecimentos sobre assuntos estratégicos, são capazes de identificar tendências e propor ferramentas que contribuam para a tomada de decisão sobre investimentos domésticos e de cooperação internacional.

O indicador formado pela relação entre investimentos nacionais em P&D e o Produto Interno Bruto (PIB) é um dos mais utilizados para comparar os esforços dos países no setor. Se por um lado há reconhecidas limitações desse indicador, que representa mais a oferta de recursos do que os resultados dos investimentos, por outro ele sintetiza de maneira razoável o posicionamento relativo das nações no tema C,T&I.

Outro indicador que mostra o esforço nacional em C,T&I é o de recursos humanos envolvidos em atividades de P&D, mais especificamente os cientistas e engenheiros. Segundo levantamento da OCDE (2015), o Brasil ainda está distante dos países mais avançados, tanto no dispêndio em P&D assim como nos recursos humanos envolvidos sendo necessários investimentos crescentes para que esse quadro seja alterado nos próximos anos.

O desafio de promover a capacidade de converter ideias em valor é fator preponderante para o sucesso da atividade empresarial de um país. Em um cenário crescentemente competitivo, inovações tecnológicas acrescentam valor aos produtos e ganhos em processos produtivos. A promoção de uma cultura inovadora é fundamental para as nações que buscam a ampliação de seus mercados, a geração de empregos qualificados, o aumento da renda dos trabalhadores e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Um fator determinante para o sucesso das nações na promoção da inovação é a estruturação de um SNCTI forte e articulado, capaz de mobilizar atores e instrumentos de maneira consistente e orientada a resultados que gerem benefícios econômicos e sociais. Considerando os crescentes esforços nacionais, públicos e privados, na promoção da inovação, cabe agora ao Brasil priorizar e investir fortemente no aumento da produtividade a partir da inovação, a fim de assegurar a competitividade da economia.

Uma das fragilidades do sistema brasileiro decorre do fato de que grande parcela dos investimentos empresariais é destinada à importação de tecnologia e serviços especializados. O viés da inovação desenvolvida no País ainda se concentra na cadeia produtiva, visando à redução de custos e fortemente associado à apropriação de tecnologia já existente. Outro desafio é o da redução dos riscos nas atividades de escalonamento, incentivando o empenho em P,D&I de produtos e serviços com alto valor agregado, provendo a substituição de importações tecnológicas e a inserção do País em novas cadeias produtivas.

Nesta conjuntura, a formação de ecossistemas de inovação têm sido uma das estratégias adotadas para a melhoria das condições institucionais voltadas ao aumento da competitividade dos negócios a partir da agregação de valor a produtos, processos e serviços. Ao se ampliar a possibilidade de pesquisadores atuarem em projetos cooperativos, devem ser disponibilizadas facilidades e intensificados os incentivos às empresas de base tecnológica práticas de proteção de empresas nascentes.

Instrumentos de partilha de custos e de aporte de capital favorecem o ambiente de negócios para essas empresas, reduzindo os riscos desses empreendedores com grande potencial para gerar inovações disruptivas no mercado. A melhoria do ambiente institucional para os negócios inovadores também passa pela criação de fóruns para a negociação e regramento dos conflitos quanto à propriedade intelectual, resultante das atividades desenvolvidas em parcerias entre instituições de pesquisa e empresas.

Atualizações no marco regulatório têm sido promovidas no Brasil a fim de melhorar as condições institucionais necessárias para a promoção da inovação, destacando-se a Emenda Constitucional no 85/2015 e a Lei no 13.243/2016. A Emenda conferiu maior destaque para a atuação do Estado brasileiro no campo da inovação, além de instituir o SNCTI no ordenamento jurídico nacional. Em relação à Lei no 13.243, há nela diversos avanços relacionados com aprimoramentos na Lei de Inovação, além de outros que facilitam a atuação do Estado no estímulo aos negócios inovadores, seja pela possibilidade de adoção de instrumentos mais flexíveis para o relacionamento com os empreendedores privados, seja pela definição de regras que conferem maior liberdade e segurança para a interação entre institutos públicos de pesquisa e empresas. Essas mudanças normativas demonstram que o País acompanha a tendência internacional de melhoria das condições institucionais para o desenvolvimento da C,T&I.

Por outro lado, é preciso ressaltar que esforços adicionais são necessários para traduzir estes avanços legais em resultados concretos alcançados a partir da melhoria do funcionamento do SNCTI.

Assimetrias regionais são motivo de preocupação de todas as sociedades. Políticas públicas para superar esse desafio têm sido empreendidas e formuladas por diversos atores governamentais, cabendo àqueles que atuam na temática da C,T&I uma preocupação maior com os fatores que contribuem para a produção e o acesso ao conhecimento e às técnicas de produção.

Disseminar a excelência e elevar a participação da C,T&I pelo país são iniciativas cruciais para a prosperidade econômica. Atenção crescente deve ser conferida a essa temática, tendo em vista a constatação de que sempre que as crises econômicas contraem os orçamentos nacionais, as disparidades em termos de inovação tornam-se mais evidentes.

Explorar o potencial da reserva de talentos e disseminar os benefícios da C,T&I pelo Brasil é um caminho para a abertura de novas possibilidades de enfrentamento dos desafios em várias escalas. Atores regionais de C,T&I foram fortalecidos nos últimos anos, especialmente a partir da adoção de iniciativas federativas coordenadas que potencializaram os resultados dos investimentos no setor. O planejamento e a execução de ações articuladas entre agências de fomento estaduais e federais são a expressão mais forte desse esforço de diminuição das assimetrias regionais, contando com o protagonismo das instituições mais aptas para a identificação e mobilização de atores e recursos locais. Entre as entidades com maior destaque estão o Consecti e o Confap, que contribuem fortemente para a formulação de políticas mais coerentes e consistentes no setor.

A superação desse desafio passa pelo reconhecimento de que os investimentos em P,D&I devem considerar as diferentes escalas espaciais: local, regional, nacional e global. Nesse sentido, na escala local deve-se considerar a disponibilidade de infraestruturas laboratoriais e recursos humanos, bem como a existência de ecossistemas de inovação que sejam mobilizados para a promoção do desenvolvimento em C,T&I. Na escala regional, é importante dimensionar a maturidade e as competências do Sistema Regional de C,T&I, seja para promover seu fortalecimento, seja para coordenar ações que respondam a demandas específicas, como a contribuição regional para o sucesso de grandes investimentos nacionais. Em relação à escala nacional, deve-se observar a formação de redes de pesquisa e a construção de grandes infraestruturas laboratoriais que atendam às demandas de maior complexidade do SNCTI. Na escala global, o tema da cooperação internacional merece destaque, devendo ser orientada para a inserção do País nas cadeias globais de valor e para o avanço na fronteira do conhecimento científico e tecnológico.

O Brasil tem deficiências históricas a serem superadas, especialmente no que tange às desigualdades sociais, que devem ser objeto de políticas públicas que articulem a C,T&I visando à inclusão social. O desenvolvimento sócio produtivo, no seu amplo espectro, pressupõe a conexão de várias iniciativas que visem à inserção da parcela da população que se encontra em vulnerabilidade social. Tal desenvolvimento pode ser promovido pelo enraizamento social da C,T&I direcionada à solução de questões regionais, fomentando, disseminando e difundindo o ensino tecnológico e científico, aliado ao conhecimento tradicional.

Partindo do princípio que a C,T&I deve estar a serviço do homem e a difusão do conhecimento gerado é a chave para o progresso, as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica intensificam a soberania do País na produção científica e tecnológica. Essa relação dialógica é entendida como essencial às atividades de extensão, que por sua vez referenciam a seleção dos conteúdos para a manutenção de uma pesquisa contextualizada em sintonia com as demandas sociais locais. Ampliar a capacidade perceptiva e analítica dos problemas e se posicionar no enfrentamento destes são ações que contribuem para a geração de trabalho e renda, elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional.

O nível de desenvolvimento social de um país é medido não só pela renda, mas também pelo acesso aos serviços básicos e às condições de sustentabilidade e prática de novos métodos e técnicas que atendam demandas sociais, especialmente nas áreas de educação, saúde, habitação, segurança, mobilidade urbana e energia.

Novas tecnologias e sua disseminação contribuem significativamente para a inclusão social e para a redução das desigualdades de oportunidade e de inserção ocupacional. Dadas as oportunidades de formação, e diante do espaço conquistado para a pesquisa, cientistas brasileiros são cada vez mais demandados a oferecer respostas para os problemas locais. Ainda enfrentamos muitos desafios envolvendo, por exemplo, a queda vertiginosa do crescimento vegetativo, o envelhecimento populacional e a acelerada urbanização. Esse cenário requer soluções para a mobilidade, para o tratamento e a prevenção de doenças negligenciadas e controle de epidemias, para a prevenção e a mitigação de desastres naturais e para a segurança em suas diversas dimensões.

Face a complexidade dos problemas, tais soluções exigirão abordagens transdisciplinares. A elevação da qualidade da educação passa pela valorização da cultura científica por meio de ações que alcancem todas as camadas sociais, em todo o território nacional. Maneiras mais eficazes de trabalhar a educação científica da população devem ser desenvolvidas a fim de estabelecer expectativas elevadas para todos, motivando os alunos à experimentação e atraindo mais cidadãos para as carreiras de C,T&I. Jovens de talento científico reconhecido devem ter suas práticas inventivas apoiadas antes de atingir a pós-graduação, de modo que o Brasil supere divisões sociais profundas e se destaque em C,T&I.

Um grande esforço de pesquisa deve ser promovido para assegurar o permanente suprimento de alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o fornecimento de outras necessidades essenciais. Deve-se também estimular práticas variadas de produção de alimentos e consumo que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis. Dessa forma, as pesquisas nos diversos temas da segurança alimentar e nutricional devem apoiar a inovação na área da agricultura familiar por meio de extensão tecnológica.

Para cumprir esse desafio se mostra premente a articulação das estratégias locais, construídas em colaboração com Estados, Municípios e instituições de ensino e pesquisa. Essas estratégias deverão ser direcionadas para a capacitação

tecnológica da população, com formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, considerando a vocação da região onde se insere.

O desenvolvimento sustentável é entendido como o manejo e a conservação dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional para atender às necessidades das gerações presentes e futuras. No entanto, o caminho para a sustentabilidade apresenta complexos desafios associados, que abrangem arranjos e tecnologias economicamente viáveis e socialmente aceitáveis, viabilizando o desenvolvimento enquanto asseguram a integridade ambiental. No que tange à C,T&I, para se alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso atuar em diferentes linhas de ação, tais como: a) enfrentamento de eventos climáticos extremos que catalisam condições de diminuição de biodiversidade, processos de desertificação, perdas em processos produtivos humanos; b) o investimento em técnicas de manejo sustentável das riquezas locais visando ao melhor equilíbrio social; c) a proposição de soluções para a adequação de modelos produtivos para diminuição do uso intensivo de recursos naturais e aplicação em tecnologias limpas.

Questões demográficas tornam ainda maiores os desafios da sustentabilidade. O crescimento populacional esperado para ocorrer nas próximas décadas deve provocar o aumento da demanda por recursos vitais como água, alimentos e energia, os quais estão intrinsicamente ligados. Reconhecer a interdependência entre esses elementos é central na garantia conjunta das seguranças hídrica, energética e alimentar. Para tanto, é necessária uma abordagem integrada para a gestão destes recursos com o objetivo de assegurar o desenvolvimento sustentável a partir, por exemplo, do desenvolvimento de tecnologias de energia que racionalizem o consumo de água; de tecnologias hídricas de baixo consumo energético; além de técnicas de produção, armazenamento e monitoramento de alimentos que reduzam as perdas e a demanda por água e energia. Iniciativas orientadas a partir desta abordagem têm o potencial de viabilizar soluções inovadoras relacionadas à redução da pobreza, segurança alimentar e nutricional, saúde, ordenamento territorial, geração de emprego e renda, e à redução da desigualdade regional.

A intensificação de ações que ampliem a produção e o acesso à C,T&I permitirá a identificação de alternativas que minimizem os impactos negativos das atividades humanas no que se refere à ocupação e ao uso da terra, bem como ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais pertencentes ao Patrimônio Nacional. Do mesmo modo, a ampliação de parcerias por meio do fortalecimento institucional, e de um maior engajamento dos setores envolvidos e da sociedade civil, é imperativo para viabilizar a transição para padrões de desenvolvimento mais sustentáveis no país, principalmente nas cidades.

Fundamental que o país, é a promoção de iniciativas que favoreçam o desenvolvimento limpo. Projetos de aproveitamento de resíduos devem ser entendidos como um fator econômico da indústria do futuro. Além disso, a aquisição de insumos primários com garantias de procedência de exploração sustentável representa uma evolução na cultura produtiva do País. Tais iniciativas demandarão esforços para sistematização de dados e informações qualificadas sobre os impactos do processo do produtivo de modo a subsidiar os tomadores de decisão acerca das soluções direcionadas ao melhor uso dos recursos disponíveis.

Em agosto de 2015, o Brasil, juntamente com os outros Estados-membros das Nações Unidas, adotou a Agenda de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015 (Agenda 2030). Nessa Agenda, são propostos 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que guiarão as políticas nacionais e as atividades de cooperação. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação ocorrerá no período entre 2016 e 2030. Entre as metas da Agenda 2030, destacam-se: a melhoria no acesso à C,T&I; a promoção do desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas; a operacionalização do Banco de Tecnologia e o mecanismo de desenvolvimento de capacidades em ciência, tecnologia e inovação, e o aumento do uso de tecnologias capacitadoras.

O desenvolvimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação de um país é vital para que este obtenha autonomia em seu crescimento socioeconômico e consolide sua soberania nacional. O desenvolvimento em C,T&I é ferramenta poderosa no auxílio à geração de riquezas, emprego, renda e oportunidades, bem como para a diversificação produtiva, aumento na produtividade do trabalho e na agregação de valor à produção de bens e serviços. Apesar dos recentes avanços, persiste o hiato existente entre o Brasil e os países mais desenvolvidos no tocante à produção científica e tecnológica. Essa diferença é ainda maior ao se comparar os índices de inovação. Para alterar esse quadro, faz-se necessário propor estratégias que considerem os desafios a serem enfrentados e as oportunidades a serem exploradas, atentando-se às vantagens nacionais.

O Brasil tem deficiências históricas a serem superadas, especialmente no que tange às desigualdades sociais e às assimetrias regionais, sejam de caráter produtivo ou na produção e acesso a ciência, tecnologia e inovação, o que impede seu pleno desenvolvimento. Além disso, desafios globais se fazem presentes ao se verificar os riscos relativos a crise hídrica, alimentar e energética envolvendo uma população em processo de envelhecimento e urbanização.

Por outro lado, as oportunidades do País para realizar o seu crescimento de modo sustentável referem-se não somente ao seguimento das tendências mundiais, mas também ao aproveitamento dos campos de conhecimento já estabelecidos e desenvolvidos no país, promovendo o aumento da competitividade nacional. O Brasil tem claras

vantagens comparativas, considerando-se a grande biodiversidade e os recursos naturais que o País dispõe e sua capacidade para a produção de commodities.

Há que se destacar, também, suas competências instaladas como, por exemplo, na liderança científica e no domínio tecnológico em pesquisa e produção agropecuária em regiões tropicais, bem como no controle, prevenção e tratamento de doenças tropicais e negligenciadas. Outrossim, temos relativo domínio tecnológico nos setores aeronáutico, de petróleo e gás e nuclear.

Por outro lado, a capacidade produtiva de commodities pode gerar mais riqueza ao País, agregando-se valor à produção, por meio de processos inovadores. Desta forma, o Brasil poderá, de fato, se estabelecer como um dos líderes em desenvolvimento sustentável.

Considerando tais desafios, oportunidades e vantagens nacionais, indicamos doze temas estratégicos para o desenvolvimento, autonomia e soberania nacional:

- 1) A garantia da segurança hídrica, alimentar e energética da população brasileira;
- 2) A segurança e defesa cibernética e consolidação do País na economia e sociedade digital;
- 3) A manutenção da liderança brasileira em energias e combustíveis renováveis na economia;
- 4) A exploração e produção de petróleo e gás em águas profundas;
- 5) A lacuna que nos separa dos países mais desenvolvidos no conhecimento e aproveitamento sustentável dos oceanos;
- 6) A mitigação e adaptação à mudança do clima;
- 7) A redução de importações de produtos farmacêuticos e hospitalares e de insumos para a indústria química;
- 8) A preservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira;
- 9) O aumento da competitividade da bioeconomia nacional;
- 10) O domínio científico e tecnológico em áreas críticas para a inovação empresarial e competitividade nacional;
- 11) O desenvolvimento de tecnologias sociais para a inclusão socioprodutiva com redução das assimetrias regionais na produção e acesso a ciência, tecnologia e inovação;
- 12) O desenvolvimento, autonomia e soberania nacional em tecnologias duais.

4. DESTACAR OS PRINCIPAIS FATORES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE INTERFERIRAM NA EXECUÇÃO DO PROJETO

FATORES POSITIVOS – a predisposição de diversas universidades e instituições de pesquisa em discutir a questão da inovação tecnológica como estratégia para o desenvolvimento nacional e regional. Isto permite a formação de redes internacionais de pesquisa que permanecem ativas após o encerramento do projeto.

FATORES NEGATIVOS – o prazo de duração dos projetos no Mackpesquisa (um ano) é extremamente curto para a maturação das pesquisas, especialmente na área de humanos em que os resultados são percebidos a médio e longo prazo. Isto limita o escopo e abrangência dos projetos.

5. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, INFORMANDO O NÚMERO DE ORIENTANDOS (Graduação, Aperfeiçoamento, Mestrado e doutorado) E OUTROS

Orientações em Andamento:

- 1) Maria Elisa Fudaba Curcio (Doutorado)
- 2) Susana Mesquita Barbosa (Doutorado)

Orientações concluídas

- 1) Rafael Veiga Paixão (Mestrado)
- 2) José Henrique Spécie (Doutorado)

6. CONTATOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EFETIVAMENTE OCORRIDOS EM FUNÇÃO DO PROJETO

Contatos Nacionais

- 1) Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho UNESP – Faculdade de Economia – Araraquara/SP
- 2) Universidade Vale do Rio Sinos – UNISINOS – Faculdade de Direito – São Leopoldo/RS
- 3) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Instituto de Economia – Campinas/SP
- 4) Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS – Campo Grande/MS





- 5) Universidade Federal do Amazonas – UFAM – Instituto de Meio Ambiente - Manaus/AM
- 6) Faculdade de Direito do Sul de Minas – FDSM – Pouso Alegre/MG
- 7) Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa – FINEP – Rio de Janeiro/RJ

Contato Internacionais

- 1) Universidad Nacional de Guerrero – Faculdade de Economia – México
- 2) Universidad de Girona – Faculdade de Direito – Espanha
- 3) Universidad Nacional a Distancia da Costa Rica – Costa Rica
- 4) Universidad Santiago de Compostela - Espanha

7. RELACIONAR OS TRABALHOS INSERINDO AS REFERÊNCIAS, SEGUINDO AS **NORMAS DA ABNT, DOS TRABALHOS PUBLICADOS E/OU ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO DECORRENTES DO PROJETO EM PAUTA**, COMO: LIVROS, CAPÍTULOS DE LIVROS, ARTIGOS EM PERIÓDICOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, ETC; INCLUIR RESUMOS EM CONGRESSOS, REUNIÕES CIENTÍFICAS E SEMELHANTES, MONOGRAFIAS E TGIs. ANEXAR ARQUIVOS COM AS SEPARATAS NO FORMATO .PDF DE CADA TRABALHO RELACIONADO. (OBS.: Monografias e TGIs - somente as dez p:ginas iniciais). CADA CAIXA DE TEXTO DEVE FICAR SOMENTE UMA REFERÊNCIA E O RESPECTIVO ARQUIVO NO CAMPO SELECIONAR ARQUIVO.

Artigos Científicos Submetidos à Periódicos

- 1) MENEZES, Daniel Francisco Nagao. A formação da CTS (ciência tecnologia e sociedade) e seus desafios atuais. In Revista do Direito UNISC – EM AVALIAÇÃO
- 2) MENEZES, Daniel Francisco Nagao; MORAES, Gerson Leite. Impact of New Information Technologies: Internet Access and Freedom of Speech as Fundamental Human Rights in Developed, Sub-developed and Underdeveloped Countries. UWM LAW REVIEW, v. 13, p. 95-104, 2017.

Livros

- 1) SIQUEIRA NETO, José Francisco; MENEZES, Daniel Francisco Nagao Menezes. Infraestrutura jurídica da ciência, tecnologia e inovação nos países em desenvolvimento. NO PRELO
- 2) SIQUEIRA NETO, José Francisco; MENEZES, Daniel Francisco Nagao Menezes. Dicionário Brasileiro de Inovação. NO PRELO

Capítulos de Livro

- 1) SIQUEIRA NETO, José Francisco; MENEZES, Daniel Francisco Nagao Menezes. Innovación tecnológica y cambio climático. NO PRELO

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

- 1) SIQUEIRA NETO, José Francisco; MENEZES, D. F. N. Inovação tecnológica e indicadores sociais. In: VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária, 2018, Manaus. Anais da VI Conferência Internacional de Pesquisa sobre Economia Social e Solidária - CIRIEC. Manaus: Even3, 2018.
- 2) MENEZES, D. F. N. Innovación Tecnológica en la economía solidaria. In: IX Coloquio Ibérico Internacional de Cooperativismo y Economía Social, 2018, Santiago de Compostela. Ponencias del IX Coloquio Ibérico Internacional de Cooperativismo y Economía Social. Santiago de Compostela: CIRIEC España, 2018.

7. INFORMAR PATENTE OU REGISTRO DE INVENÇÃO OU TÉCNICA

Do projeto de pesquisa não decorreram patentes ou registros de invenção.

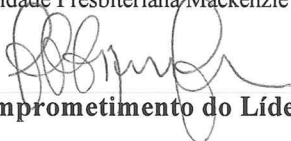
8. INFORMAR OUTRAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS/ ADMINISTRATIVAS QUE JULGAR PERTINENTES AO PERÍODO: ORGANIZAÇÃO DE OU PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS, CONSULTORIAS, ASSESSORIAS A ÓRGÃOS DE FOMENTO OU A OUTRAS INSTITUIÇÕES, PARTICIPAÇÃO EM COLEGIADOS, BANCAS DE DISSERTAÇÕES E TESES. CITAR PREMIAÇÕES CIENTÍFICAS OBTIDAS EM FUNÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Participação em Eventos

- 1) II Congreso Internacional de migración, el cambio climático y la economía social en un mundo globalizado. Universidad de Girona, Espanha.
- 2) 6ème Conférence Internationale de Recherche en Economie Sociale. Universidade Federal do Amazonas. Manaus/AM
- 3) 7th Annual International Conference on Comparative Law. Universidade de Humanidades da Polónia. Varsóvia, Polónia.
- 4) International Workshop Ex-ante Evaluation, Priorization and STI Planning. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP
- 5) IX Coloquio Ibérico Internacional de Cooperativismo y Economía Social. Universidad Santiago de Compostela, Espanha.
- 6) Jornada catalano-brasileira "Questions actuals del Dret brasiler?". Universidad de Girona, Espanha.

Organização de Eventos

- 1) I Congresso Infraestrutura Jurídica da Ciência, Tecnologia e Inovação nos Países em Desenvolvimento - Law Tech no Brasil. Universidade Presbiteriana Mackenzie



Comprometimento do Líder

Local: São Paulo

Data: 29 /03 /2018